

COMISSÕES MUNICIPAIS DE JOVENS RURAIS

Estratégia de organização e mobilização da juventude rural do MSTTR-PE

FETAPE

60 ANOS



Pernambuco, agosto de 2022.



Direção da Fetape

Cícera Nunes da Cruz
Diretora Presidenta

Adelson Freitas Araújo
Diretor Vice-Presidente

Maria Jenusi Marques da Silva
Diretora de Organização e Formação Sindical

Paulo Roberto Rodrigues dos Santos
Diretor de Finanças e Administração

Adimilson Nunis de Souza
Diretor de Política Agrícola

Maria Givaneide P. dos Santos
Diretora de Política Agrária

Adriana do Nascimento Silva
Diretora de Política para as Mulheres

Antônio Neto Marcelino de Souza
Diretor de Política para a Juventude

Israel Crispim Ramos
Diretor de Política para a Terceira Idade e Idosos e Idosas Rurais

Rosenice Josefa do Espírito Santo
Diretora de Política para o Meio Ambiente

Comissão Estadual de Jovens Rurais/Fetape

Mata Sul
Adriano Barbosa Ferreira Lima
Eldiva Maria dos Santos

Mata Norte
Valeria Sebastiana da Silva
Charles Alberto Ferreira

Agreste Central
Maria Edlane Alves da Silva
Vinícius José dos Santos

Agreste Meridional
Maria Roseane Ferreira dos Santos

Agreste Setentrional
Bruno José Marques de Barros
Márcia Josefa de Almeida

Sertão Central
Eliziane Iara Lima da Costa
Hernando Nunes da Silva

Sertão do Araripe
Francisco Joelson Caldas Silva
Gracilvania de Souza Monteiro

Sertão do Pajeú

Maria Gorete do Nascimento
Audeci Alves Barros Junior

Sertão do Submédio São Francisco

Luciene Maria da Silva
Edilson Sá de Barros

Sertão do São Francisco

Francisco Auricelio Damasceno
Kalinny Xavier Teles

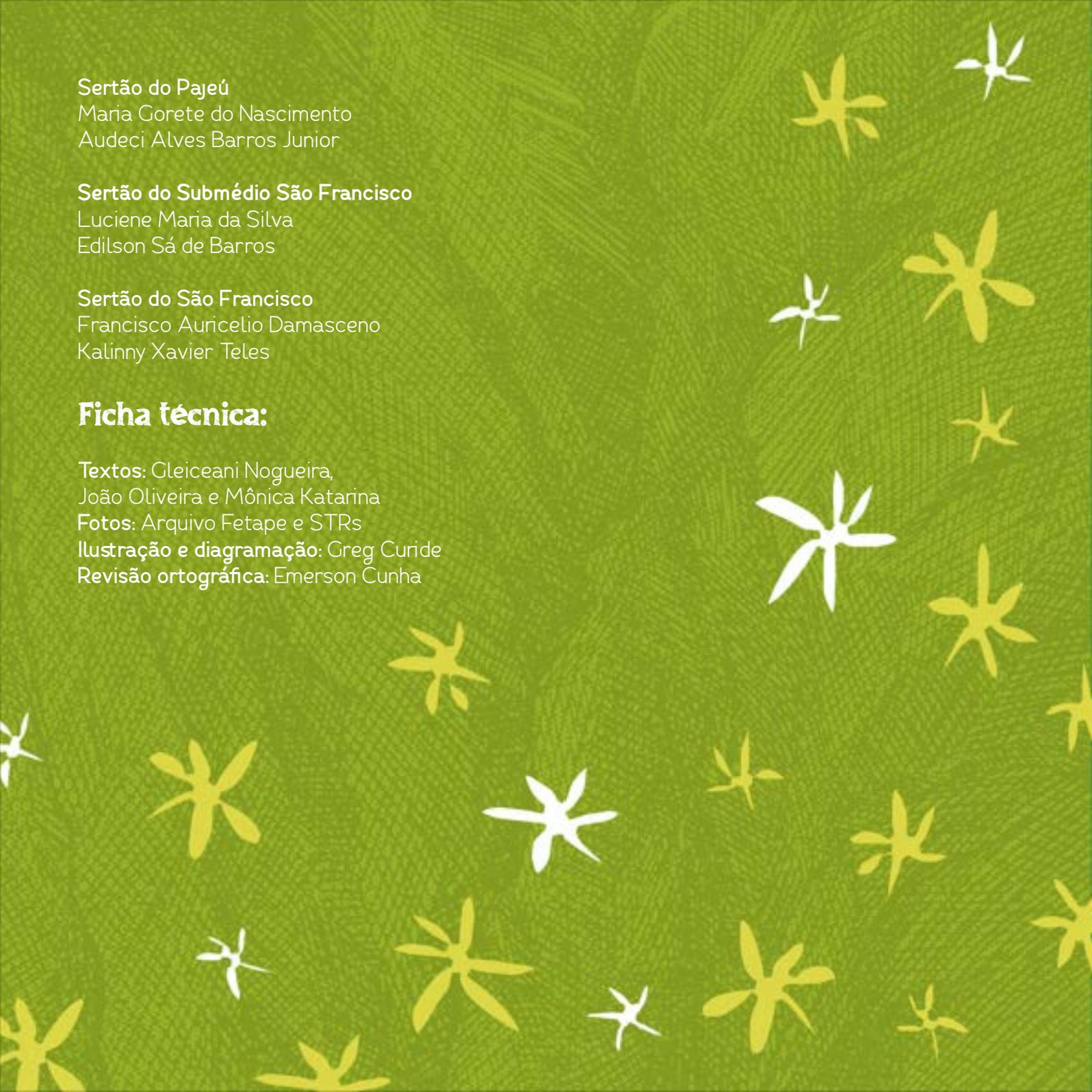
Ficha técnica:

Textos: Gleiceani Nogueira,
João Oliveira e Mônica Katarina

Fotos: Arquivo Fetape e STRs

Ilustração e diagramação: Greg Curide

Revisão ortográfica: Emerson Cunha



Índice

APRESENTAÇÃO _____ **04**

**AS COMISSÕES MUNICIPAIS
DE JOVENS NO CONTEXTO DO MSTTR** _____ **05**

**PASSO A PASSO PARA CRIAR UMA
COMISSÃO MUNICIPAL DE JOVENS RURAIS** _____ **08**

VAMOS AO TRABALHO! _____ **10**

**SITES E PÁGINAS PARA SE LIGAR
NA POLÍTICA DE JUVENTUDE DO MSTTR!** _____ **23**

ANEXOS _____ **24**



É com muita alegria que apresentamos esta cartilha, fruto da luta histórica da juventude do MSTTR de Pernambuco e que reafirma a importância estratégica das Comissões Municipais de Jovens Rurais (CMJRs) como um espaço de organização e mobilização da nossa juventude. O grande objetivo desta publicação é sensibilizar os sindicatos sobre a importância de fortalecer a organização da juventude rural por meio dessas comissões.

As CMJRs, quando implementadas nos sindicatos, ajudam a aproximar a juventude do movimento sindical, pois possibilitam ser o espaço de diálogo dos(as) jovens entre si, construindo coletivamente as ações de mobilização e acolhimento e, assim, apresentando, ao sindicato, as sugestões de mudanças para seu próprio fortalecimento. O grande foco desses espaços é a luta pela promoção da sucessão rural, tendo em vista que vivenciamos, há algumas décadas, um processo de "êxodo rural", pelo qual a população do campo tem migrado para a cidade.

Tal processo migratório é protagonizado principalmente pela juventude, o que incide diretamente no processo de sucessão rural. Mas a juventude não sai do campo exatamente por um desejo migratório, e, sim, pela falta de políticas públicas de promoção da sucessão rural. É a dificuldade no acesso à terra, ao crédito, ao escoamento da produção, à educação e à saúde de qualidade, a políticas de promoção e incentivo à cultura, esporte e lazer e uma série de outras questões. Lutar por essas políticas é o objetivo primeiro das CMJRs.

As estratégias de ação ainda insuficientes dos sindicatos com relação à juventude do campo distanciam os(as) jovens da vida sindical, pois não se sentem representados(as), além da grande frustração em ver lideranças se perpetuando ao longo dos anos nos cargos do movimento, sem abrir espaço para renovação. Por isso, o debate da juventude também busca a promoção da sucessão sindical. Essa bandeira já é bem consolidada no MSTTR, sendo objeto de várias deliberações congressuais, como as cotas de 20% de jovens em todas as instâncias do movimento. Nesta cartilha, vamos abordar as origens das comissões, trazendo, assim, os objetivos e a importância desses espaços. Vamos elencar, de forma detalhada, o passo a passo para organizar uma comissão municipal, com dicas de ações a serem desenvolvidas. Também apresentamos um modelo de regimento interno e uma seção com QR code de sites e publicações sobre a política de juventude que estamos indicando para vocês trabalharem com as comissões. Desejamos uma boa leitura e não se esqueçam: "Sindicato inteligente cria comissão de juventude urgente!"

Antônio Neto Marcelino de Souza
Diretor de Políticas para a Juventude

As comissões municipais de jovens no contexto do MSTTR

O que são as comissões municipais de jovens rurais?

As comissões municipais de jovens rurais (CMJRs) são uma instância do MSTTR parte da estratégia de mobilização da juventude rural na luta pela sucessão rural e sindical, e pelos direitos da juventude.

Qual o objetivo das comissões municipais de jovens rurais?

As CMJRs têm o objetivo de apresentar e sugerir, à direção do sindicato, ações e atividades políticas e estratégias que contribuam para a melhoria da vida dos(as) jovens rurais e também que fortaleçam e qualifiquem a participação dos(as) jovens no MSTTR.

A quem as comissões estão vinculadas?

As comissões municipais de jovens rurais (CMJRs) são vinculadas à diretoria de Política para a Juventude do respectivo Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STR) a que pertencem ou a diretoria equivalente.





O surgimento das comissões de jovens rurais

As primeiras comissões de jovens rurais surgiram na década de 1980, quando os(as) jovens que participavam do MSTTR sentiram a necessidade de provocar o debate sobre as questões da juventude rural dentro do movimento. Acontece que, desde o início do sindicalismo rural, nos idos da década de 1950, a juventude participava dos sindicatos, federações e da Contag.

No entanto, o debate sobre as questões da juventude nunca foi colocado como central pelo movimento. O surgimento de grupos jovens religiosos, ligados às comunidades eclesiais de base (CEBs), provocou um forte debate em torno das questões da juventude, e, com isso, produziu lideranças jovens do campo, que estavam formando as Pastorais da Juventude Rural (PJR) e as Pastorais da Juventude do Meio Popular (PJMPs). Esse movimento influenciou os jovens do movimento sindical rural, que passaram a fazer o debate nos encontros, plenárias e congressos organizados a partir de comissões.

O que provocou todo esse movimento foram as grandes transformações que estavam acontecendo no mundo rural. Nas décadas de

1970 e 1980, o Brasil viveu um intenso processo de urbanização, o que gerou uma forte migração campo-cidade, fenômeno chamado de "êxodo rural".

Os dados estatísticos nos mostram que a grande maioria das pessoas que migravam estavam na faixa etária da juventude.

Foi nesse momento que se passou a debater uma questão importantíssima para o campo, que é a "sucessão rural", pois, com a saída da juventude do campo, passamos a ter uma ameaça de descontinuidade da produção familiar, por não se ter uma sucessão dos agricultores e agricultoras.

Além disso, a juventude começou a perceber que não tinha muito espaço nas direções de sindicatos, federações e da Contag. E que as questões relativas à juventude eram pouco debatidas ou invisibilizadas.

Foram as comissões de jovens rurais que travaram as lutas para dar visibilidade às questões da juventude e para conquistar espaços nas instâncias do MSTTR.

Nos debates promovidos por essa juventude, passou-se a entender que ela sai do campo porque não há políticas inclusivas. Não há política de acesso à terra, crédito, educação, esporte e lazer.

Com isso, as comissões passaram a ser a grande referência da juventude rural na luta por seus direitos e por políticas públicas.

Foi essa luta que garantiu a participação da juventude em todas as instâncias do MSTTR, com a cota mínima de 20%, bem como a conquista de várias políticas e programas voltados ao público jovem da agricultura familiar.

Nos sindicatos que têm a comissão de jovens organizada, é notável uma maior participação da juventude no quadro de sócios(as), e acessando as políticas.

Por isso, é imprescindível que os sindicatos organizem urgentemente suas comissões.



“A Comissão Estadual de Jovens Rurais da Fetape tem uma grande importância em minha vida. Eu iniciei minha militância política, partidária e sindical através da minha juventude. A comissão estadual foi o início, interligando a região do Sertão, de onde venho, com outros municípios e com as diversidades políticas de onde eu comecei a militar jovem. A comissão me ajudou muito a ter acesso a informações. Diante disso, quero dizer que os sindicatos foram fundamentais, porque, sem eles, a gente não estaria numa comissão dessas, e eu agradeço muito essa formação de base que o sindicato me transmitiu e me deu oportunidade. A gente tem a oportunidade enquanto jovem, mas a gente precisa pegar essa oportunidade, e eu fiz isso. Quero dizer que tem sido um grande significado de mudança de vida não só pra mim, mas para outros jovens, para que crescamos coletivamente”.

Cícera Nunes,
Presidenta da Fetape



Passo a passo para criar uma comissão municipal de jovens rurais

PASSO 01

Reunir os(as) jovens que fazem parte da diretoria, da suplência e do conselho fiscal, que sejam delegados e delegadas sindicais, e demais jovens associadas e associados junto à direção do sindicato. Após isso, fazer um diálogo sobre a política de juventude do MSTTR, explicando o que é a comissão de jovens rurais, objetivos e formas de atuação.

Escolher, de forma paritária, 2 (dois/duas) jovens, que coordenarão a comissão do sindicato e a representarão na comissão do polo. (Obs: o jovem ou a jovem que coordena a pasta de Juventude na direção do STR é coordenador(a) nato(a) da comissão; em caso de não existência da pasta específica da Juventude no sindicato, outro(a) jovem da direção assumirá a coordenação da comissão).

PASSO 02

Construir o regimento interno: a comissão, juntamente com a juventude participante da reunião, deverá ler o modelo de regimento e propor as alterações que julgarem necessárias para atender a realidade local. Mas não esquecer de verificar o estatuto do respectivo sindicato, pois o regimento da comissão tem que estar de acordo com o mesmo.

PASSO 03

PASSO 04

Eleger a comissão: a juventude deverá escolher as pessoas que comporão a comissão municipal por meio de votação.

PASSO 05

Homologar em assembleia do sindicato: depois de realizar os passos anteriores, é preciso combinar com a direção do STR para inserir, como pauta da próxima assembleia, a aprovação da comissão e do regimento interno. A comissão de jovens deverá ser apresentada na assembleia do sindicato para aprovação, a qual deverá ser registrada em ata.



Quem pode compor a comissão de jovens rurais?

Sócios e sócias do sindicato, na faixa etária de 16 (dezesesseis) a 32 (trinta e dois) anos.

Atenção:

Ao realizar a escolha de quem vai participar da comissão, deve-se considerar prioritariamente:

- Jovens que participam das atividades do sindicato;
- Jovens que participam das atividades de associação comunitária, grupos, entre outros.

Quantas pessoas podem compor a comissão de jovens rurais?

Como o Movimento Sindical Rural deliberou a paridade de gênero em suas instâncias, a comissão deve ser composta por 04 (quatro) homens e 04 (quatro) mulheres na condição de titulares, e 04 (quatro) homens e 04 (quatro) mulheres na condição de suplentes.

De quanto em quanto tempo deve-se ter escolha para a comissão de jovens rurais?

Deve-se assegurar um mandato de dois anos consecutivos, garantindo-se o direito de 02 (duas) reeleições no máximo.

Onde se deve escolher a comissão de jovens rurais?

A escolha oficial dos jovens e das jovens deverá se dar em uma assembleia do sindicato. Mas não esquecer que, para se ter a assembleia, antes esse tema deve constar na pauta e ser publicado no edital de convocação. É fundamental que a direção do sindicato, com o grupo de jovens, já venha dialogando e construindo o processo de escolha, que se consolida na assembleia.



Vamos ao trabalho!

Depois de organizada a CMJR, é preciso garantir o funcionamento da mesma. É imprescindível, antes de tudo, se estabelecer uma dinâmica de reuniões ordinárias, mensal, ou bimestral, de acordo com a realidade de cada sindicato. Contudo, dependendo-se da necessidade, outras reuniões podem ser convocadas. É preciso organizar um planejamento e uma agenda de ações da comissão. Nesse sentido, queremos sugerir algumas ações estratégicas, baseadas nas experiências de comissões municipais existentes no estado.





Levantar as demandas

Por meio de uma reunião ampliada ou encontro municipal da juventude rural, que possa ter a participação significativa da juventude do município, a comissão deverá falar sobre a política de Juventude do MSTTR e deverá abrir um momento de escuta para levantar as principais demandas. Quais os principais problemas que a juventude sofre no município? Esse levantamento é fundamental para pautar a atuação da comissão.

“Comecei minha militância dentro de um grupo de jovens rurais, o que me qualificou a compor a comissão de jovens do sindicato, passando pela comissão do polo Pajeú, chegando à Cejor e, quando diretora de Jovens de Fetape, compondo a Comissão Nacional de Jovens da Contag. Então, comissão de jovens rurais, para mim, significa oportunidade, espaço de construção do conhecimento, fortalecimento de identidade, lugar de resistência. Se, hoje, afirmo que a participação de mulheres e homens, pessoas jovens e idosas, sem discriminação ou exclusão do processo de incidência política, faz-se necessário para que avancemos, isso devo a esse espaço formativo e de transformação chamado comissão”.

Adriana do Nascimento, diretora de Política para as Mulheres da Fetape

Incidência política

Grande parte das demandas da juventude estão ligadas à intervenção sobre o poder público municipal, estadual ou federal. A comissão deverá selecionar essas demandas e articular formas de incidência sobre esses poderes, seja enviando ofício do sindicato à prefeitura, solicitando, por exemplo, o envio de ônibus para o transporte dos universitários da zona rural, seja organizando um abaixo-assinado ou ato público, sempre combinando com a direção do sindicato. A comissão é um espaço de luta e precisa se fazer presente na vida da juventude, intervindo na conquista de direitos.

“Trabalhar com a juventude na zona rural é um grande desafio, mas, é também muito gratificante ver a juventude mobilizando os espaços onde vive. A nossa maior dificuldade hoje é acessar as políticas públicas para a juventude com qualidade”.

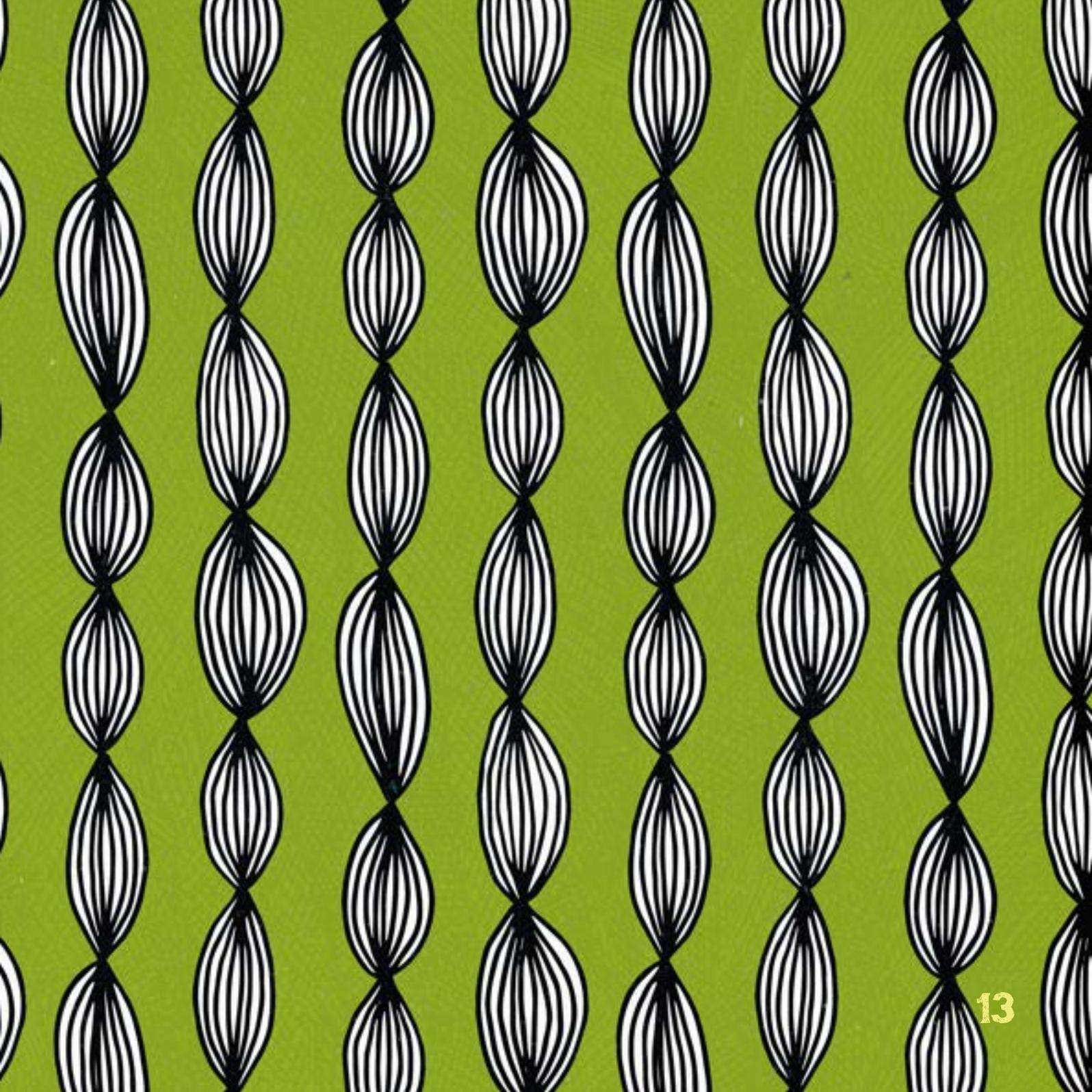
Eldiva Maria dos Santos (Diva), diretora de Juventude do STR de Vitória de Santo Antão e integrante da Cejor



Cultura, esporte e lazer

O acesso a cultura, esporte e lazer pela juventude rural é muito precário na maioria dos municípios, sendo essa uma das questões que muito influenciam na saída das pessoas do campo. A CMJR e o sindicato podem ter um papel muito importante nesse processo, tanto reivindicando ações dos governos, como promovendo algumas ações de cultura, esporte e lazer, como gincanas, torneios esportivos, quadrilhas juninas, encontros de cantoria, corrida, pau de sebo, etc. Essas atividades são muito atrativas para trazer a juventude para o sindicato, fortalecendo o nosso movimento.







Esporte e cultura aproximam a juventude do sindicato em Santa Terezinha



O Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STR) de Santa Terezinha, no Sertão do Pajeú, tem investido em atividades esportivas e culturais para aproximar a juventude do sindicalismo. Por meio da Comissão Municipal de Jovens, eles(as) realizam eventos em datas comemorativas do campo, como o São João, além de torneios de futebol feminino e masculino. Por meio dessas iniciativas, o(a) jovem acaba sendo atraído a conhecer o sindicato e a se tornar um(a) integrante da comissão de jovens. “Se não tiver algo que atraia essa juventude para dentro do movimento, a gente tem dificuldade”, relata Evanilson Leite, presidente do STR de Santa Terezinha.

Ele conta que, quando chegou no sindicato, não existia a comissão e, sim, o grupo de jovens da comunidade. “A gente tornou depois permanente uma política de formação da comissão no município para trazer esse processo de fortalecimento da juventude e preparar jovens que pudessem assumir uma base política no sindicato. Eu sou fruto do grupo de jovens. Hoje, nós temos mais cinco diretores, entre efetivos e suplentes, que fazem parte também da direção do sindicato”, destaca.

Evanilson avalia o trabalho da comissão municipal como fundamental para fazer formação com os jovens, para que eles(as) percebam que ser jovem no campo é bom, é motivo de orgulho, e que eles(as) podem ter oportunidades na terra onde nasceram, sem precisar sair para as grandes cidades. “E poder assumir também espaços importantes tanto dentro do movimento sindical como fora, assim como na política partidária e nos espaços de luta por políticas públicas para zona rural”, conclui.



Acesso a políticas públicas para juventude rural



As poucas políticas que existem para a juventude rural ainda são de baixo acesso, seja pela falta de informações, seja pela dificuldade de acessar os meios necessários para inscrição, ou pela burocracia.

A comissão e o sindicato devem ser uma ponte para o acesso a essas políticas, divulgando e mobilizando a juventude, promovendo encontros para apresentação das políticas e disponibilizando equipamentos de informática para inscrição.

Por isso, temos que garantir que a juventude esteja acessando o Pronaf Jovem, a Habilitação Rural, a ID Jovem e o PNCF, e se inscrevendo no CAF, no CNIS e em outras políticas ligadas à juventude rural.

Juventude e a luta do feminismo no MSTTR



Construir, em conjunto com a comissão de mulheres, um debate sobre o feminismo no MSTTR e no município, levantando-se estratégias de combate ao machismo e à misoginia, bem como de promoção da sucessão rural para as mulheres, tendo em vista que os dados do IBGE mostram que a maioria dos jovens que saem do campo são do gênero feminino. Ou seja, a dificuldade de promoção da sucessão rural é agravada para as mulheres por conta do machismo. Nesse sentido, é importante a integração da

comissão de jovens na construção permanente da Marcha das Margaridas no município.

Juventude e envelhecimento no campo

As comissões municipais de jovens rurais devem estabelecer também uma parceria com os coletivos de idosos e idosas rurais para promover um debate sobre o envelhecimento e as interseções geracionais. É muito importante esse diálogo para construção de estratégias de luta em torno de políticas públicas. As lutas e conquistas de hoje serão vivenciadas pelos jovens ao chegarem na 3ª idade. A promoção dessa interseção favorece também a valorização daqueles que construíram o movimento sindical, mantendo viva a nossa história.

Juventude e questões de gênero, raça e sexualidade



O nosso campo possui uma diversidade que precisa ser compreendida e relações que precisam ser problematizadas. Somos pessoas brancas, negras, indígenas, homens, mulheres, LGBTQIA+, mas essa diversidade não é respeitada. As relações em nossa sociedade promovem uma hierarquia que privilegia algumas pessoas em sua condição de gênero, raça e sexualidade, oprimindo as demais. A condição geracional também é um fator de discriminação em nossa sociedade. As pessoas negras e LGBTQIA+ são vítimas de violência e preconceito, assim

como as mulheres que sofrem a opressão do patriarcado, ou as pessoas de origem indígena que são constantemente atacadas por sua condição. Por isso, a comissão deve debater sempre essas questões e pautar as ações do sindicato em defesa da diversidade do campo. É a juventude que sempre provoca os grandes debates de mudanças para o movimento.

Jovem Saber

O Jovem Saber é um programa de formação e mobilização da juventude trabalhadora rural oferecido pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) para jovens entre 16 (dezesesseis) e 32 (trinta e dois) anos, sindicalizados ou não, como forma de fortalecer a organização da juventude rural e sua participação na vida comunitária e na luta sindical. Para fazer o curso, deve-se primeiro organizar um grupo de 06 (seis) a 12 (doze) jovens, sendo composto por, no mínimo, 30% de jovens mulheres, mas recomendando-se que se tenha número igual de homens e mulheres, por paridade de gênero.

A inscrição do grupo de estudo deve ser feita por meio do site:

www.contag.org.br/sistemas/jovemsaber





**Programa Jovem Saber:
A experiência do STR de Bom Conselho**



O Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (STR) de Bom Conselho, no Agreste Meridional, tem se destacado no trabalho com a juventude por meio do programa Jovem Saber. Já foram formados(as) 60 jovens em cinco turmas, além de duas turmas em período de formação.

O trabalho é feito pela Diretoria de Juventude do sindicato, que organiza o grupo de jovens para realizar os encontros, com a orientação da Fetape. Toda a direção do sindicato também se envolve e colabora para que o programa seja realizado. O trabalho também conta com o apoio dos educadores populares e parceiros. Na realização do programa, o sindicato debate com os jovens qual é o papel deles(as) na sociedade e como é importante que eles(as) conheçam seus deveres e direitos. Também é abordada a importância dos(as) jovens não terem vergonha de dizer que são agricultores(as) ou filhos(as) de agricultores(as), porque, na maioria das vezes, eles(as) têm vergonha por conta do preconceito que, infelizmente, ainda existe. O programa também aborda outros temas que são de extrema importância, como as políticas públicas, o racismo, a violência e a importância do movimento sindical.

“O programa Jovem Saber contribui na organização do jovem na associação de sua comunidade, estando filiado ao sindicato, para que possa garantir seus direitos como agricultor ou agricultora familiar. Também contribui com a organização e a orientação que fazemos aos nossos jovens em ajudarem seus pais com as atividades do campo no dia a dia. Mas também incentivamos que eles(as) continuem seus estudos”, destaca a diretora de Juventude do STR de Bom Conselho, Rosenilda Cirino Teles Ferro.

Cursos de aperfeiçoamento e cursos técnicos

A comissão pode articular a realização de alguns cursos de aperfeiçoamento, como os do Senar, que são oferecidos gratuitamente. Outra ação importante é divulgar e mobilizar a participação da juventude nos

cursos técnicos de agroecologia, como o do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), ou os cursos técnicos e superiores dos institutos federais (IFs) ou das universidades federais (UFs).

A formação da juventude é um importante instrumento para o fortalecimento da sucessão rural.



STR de Saloá inova nas estratégias para atrair a juventude rural

No Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STR) de Saloá, no Agreste Meridional, a juventude tem feito a diferença. O(a) jovem que faz parte da Comissão de Jovens Rurais do STR de Saloá e deseja se associar fica isento(a) da taxa da carteirinha do sindicato e só paga metade da mensalidade sindical. Essa é uma estratégia para atrair os(as) jovens que, muitas vezes, enfrentam dificuldade de pagar o sindicato.

A comissão de jovens rurais do STR de Saloá foi criada em 2016 e vem desenvolvendo um importante papel no sindicato. Eles(as) estão na linha de frente de todos os eventos, na realização das místicas e na organização das lembrancinhas. São eles(as) que estão sempre à frente nos atos carregando as bandeiras.

“Com a criação da comissão em Saloá, começamos a trilhar um caminho diferente para a juventude. A gente se reunia uma vez por mês, planejava o que ia fazer, eu passava o que eu sabia. Todo último sábado, o sindicato fechava só pra gente. Foi nesse momento que tivemos a ideia de oferecer, à(o) jovem que queria ser sócio(a), a isenção da carteirinha. Esse foi o diferencial e funciona bem até hoje”, explica Maria Roseane dos Santos, que iniciou o trabalho com a juventude no STR de Saloá e hoje é presidenta.

Na campanha Sindicato de Portas Abertas, a comissão de jovens tem contribuído bastante, porque eles(as) são referência na comunidade. São eles(as) quem ficam responsáveis por fazer o financiamento do Banco do Nordeste e dar entrada no Garantia-Safra. O trabalho com agroecologia também é bastante valorizado. Já foram formadas duas turmas em Técnico em Agroecologia pelo Sertão, com o sindicato apoiando no transporte e na alimentação. O próximo passo é criar a primeira associação de jovens de Saloá. O processo já estava em curso, mas parou por conta da pandemia. Agora, eles(as) querem retomar a organização desse espaço.



Comunicação

A comunicação para o movimento sindical é algo imprescindível e urgente.

Por isso, temos que fortalecer a nossa atuação nas redes sociais, programas de rádios e outras estratégias.

Além de divulgar nossas ações, temos que manter canais de diálogo que possibilitem uma estreita relação da juventude com o sindicato e a comissão.

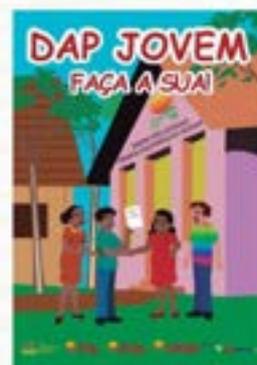
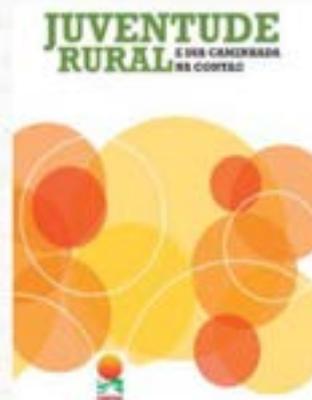
Precisamos ocupar as redes sociais como

Facebook, Instagram, Twitter, Tik-tok e Youtube, pois são dessas plataformas que a juventude está participando massivamente, e, muitas vezes, por meio das quais está se informando. Os aplicativos de mensagens, como o WhatsApp ou o Telegram, são canais de diálogos instantâneos. Então, vamos fazer nosso grupo da juventude rural do município. O sindicato que tiver programa de rádio também precisa organizar a participação da juventude e pautar as demandas e lutas desse público.

“A juventude é fundamental para continuidade do movimento sindical, para fazer a sucessão rural e sindical. Os(as) jovens têm contribuído nos sindicatos, em seu funcionamento, no uso de ferramentas e tecnologias digitais e no trabalho de base. Os sindicatos precisam entender a importância deles(as) nos espaços políticos estratégicos e de decisão. A juventude tem que estar no sindicato e na Fetape para dar sua contribuição de forma efetiva e não apenas estar nesses espaços para atender a uma cota de, no mínimo 20%, que foi deliberada em congresso”.

Antônio Neto, diretor de Políticas para a Juventude da Fetape

Sites e páginas para se ligar na política de Juventude do MSTTR!





ANEXOS



REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO
MUNICIPAL DE JOVENS RURAIS (CMJR) DO
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
AGRICULTORES E AGRICULTORAS
FAMILIARES DE _____
(MODELO)

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A Comissão Municipal de Jovens Rurais (CMJR) é vinculada à diretoria de Políticas para a Juventude do STR (ou equivalente), sob a orientação política da direção, conselhos e assembleias desse sindicato, tendo como coordenador(a) o(a) diretor(a) de Política para a Juventude. A CMJR é pautada pelos seguintes objetivos:

- Apresentar e sugerir, à direção do STR e às demais instâncias, políticas e estratégias que contribuam para a superação da desigualdade e discriminação à juventude rural;
- Contribuir com a elaboração de projetos que visem fortalecer e qualificar a participação dos(as) jovens no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), estimulando a sua intervenção no que diz respeito à indicação de iniciativas a serem desenvolvidas pelas diretorias do STR;
- Incentivar, junto às associações das comunidades rurais, a execução de ações direcionadas ao trabalhador rural, em especial à juventude, para uma melhor atuação sindical.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DA CMJR

Art. 2º - A comissão municipal de jovens rurais será composta por 08 (oito) jovens sócios(as) dirigentes do sindicato dos trabalhadores(as) rurais, sendo escolhidos(as) em assembleia geral do sindicato, respeitando-se a paridade de 4 (quatro) jovens do gênero masculino e 4 (quatro) jovens do gênero feminino.

§ 1º - O(a) jovem que coordena a pasta de juventude no sindicato é membro(a) nato(a) da comissão.

Art 3º - A comissão municipal de jovens rurais será coordenada pelo(a) jovem que coordena a pasta de Juventude do sindicato e mais outro(a) jovem, considerando a paridade, que terão a missão de também representar a CMJR na comissão do polo.

Art. 4º - O mandato dos(as) representantes eleitos(as) terá duração de 2 (dois) anos, garantindo-se o direito de, no máximo, 02 (duas) reeleições.

Parágrafo Único: Ao sair da faixa etária de juventude do MSTTR, o(a) membro da CMJR terá que ser substituído(a), cumprindo-se os mesmos critérios postos neste regimento.

CAPÍTULO III PROCESSO ELEITORAL

Art. 5º - Os(as) representantes da CMJR deverão ser escolhidos(as) em reunião com a juventude rural associada ao sindicato, sendo referendados(as) pela assembleia do sindicato, previamente convocada para essa finalidade.

Art. 6º - Cabe à direção do STR, na pessoa do(a) diretor(a) de Políticas para a Juventude, estabelecer o período (considerando os 02 (dois) anos de mandato dos representantes) de convocação das reuniões eleitorais da comissão e informar à direção do STR, por meio de ofício circular, o prazo definido.

CAPÍTULO IV REUNIÕES DA CMJR

Art. 7º - As reuniões da CMJR serão de:

I - caráter formativo, para melhor discussão e aprofundamento dos temas relacionados à juventude rural e ao sindicalismo como um todo;

II - caráter consultivo, a fim de definir democraticamente as estratégias adotadas pelo movimento sindical, prioritariamente direcionadas à(o) jovem do campo.

Art. 8º - A CMJR da STR reunir-se-á ordinariamente:

I - uma vez a cada bimestre, para encaminhar propostas para o plano de trabalho da Cejor, no tocante à questão da juventude rural e sua organização no estado;

Art. 9º - A CMJR se reunirá extraordinariamente:

I - sempre que necessário para encaminhamento de questões especiais, por solicitação da Diretoria de Política para a Juventude;

II - por requerimento de metade mais um dos representantes que compõem a CMJR, formulado por escrito, endereçado à Diretoria de Política para a Juventude, a quem competirá encaminhar a convocação.

Art. 10º - O quórum das reuniões da CMJR será sempre de metade mais um dos(as) representantes.

Art. 11º - As reuniões serão presididas pelo(a) diretor(a) de Política para a Juventude do STR e secretariadas por um(a) dos(as) representantes escolhidos(as) entre os(as) presentes.

Parágrafo Único: Na ausência ou impedimento do(a) diretor(a) de Política para a Juventude, as reuniões poderão ser coordenadas por outra pessoa escolhida pelo coletivo.

CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO

Art. 12º - Somente poderão ser eleitos(as) para comissão municipal de jovens rurais:

- I. jovens com idade entre 16 (dezesesseis) anos e 32 (trinta e dois) anos;
- II. jovens associados(as) e atualizados(as) com suas obrigações sindicais, sendo dirigente ou não do referido sindicato.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS(AS) REPRESENTANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE JOVENS RURAIS.

Art. 13º - São direitos dos(as) representantes de comissão municipal de jovens rurais:

I - participar das reuniões das assembleias do STR, com direito a voz e voto, obedecendo os dispositivos estabelecidos pelo estatuto social do sindicato e regimento interno da CMJR;

II - solicitar, da diretoria do STR, quaisquer esclarecimentos de ordem sindical, inclusive participação, quando necessário, em suas atividades;

III - recorrer à direção do STR

em caso de ter seus direitos negados;

IV - participar de todo e qualquer evento promovido pelo STR, sem qualquer discriminação, respeitando-se, com isso, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, jovens ou não.

Art. 14º - São deveres dos(as) representantes da comissão municipal de jovens rurais:

I - participar das atividades e lutas do STR para o fortalecimento do MSTTR;

II - comparecer às reuniões da comissão municipal de jovens rurais;

III - participar e contribuir com a organização da juventude rural do município, fazendo capacitações, reuniões, etc.;

IV - lutar pelo cumprimento de políticas que venham a ser adotadas pelo MSTTR e executadas no STR em favor do(a) trabalhador(a) rural, principalmente da juventude rural;

V - lutar pelo cumprimento das deliberações dos congressos nacional e estadual, especialmente o 8º CNTTR e o 6º CETTR, principalmente quando corresponderem à participação dos(as) jovens rurais nas esferas políticas do MSTTR;

VI - participar dos eventos realizados pelo sindicato no que diz

respeito às atividades relacionadas a jovens;

VII - integrar-se à discussão, programação e execução de atividades relacionadas com a juventude rural.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES

Art. 15° Perderá o direito de permanecer no mandato, sendo substituído(a) por seu ou sua suplente, o(a) representante da CMJR que violar os seguintes princípios:

- I. ausência nas reuniões da CMJR, sem justificativa por escrito, tendo a tolerância máxima de 02 (duas) reuniões;
- II. por descumprimento deste regimento;
- III. por descumprimento à decisão da maioria da CMJR;
- IV. por falta de princípios éticos devidamente comprovados.

Art. 16° - As penalidades serão aplicadas a partir do parecer favorável da maioria dos(as) representantes da CMJR, sendo quórum mínimo para validar a penalidade os votos de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos seus componentes presentes.

Parágrafo Único - As decisões sobre as penalidades postas pela CMJR deverão ser comunicadas por escrito ao(à) representante

punido(a) no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. A este(a), é assegurado direito de defesa, cabendo recurso para as demais instâncias do movimento sindical.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17° - Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela direção do STR, cabendo recurso para a assembleia geral do STR.

Art. 18° - Este regimento só poderá ser alterado no que compete à estrutura interna da CMJR, mediante discussão da CMJR, com aprovação da direção do STR.

Art. 19° - O presente regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Local, data



**Comissão Estadual de Jovens
Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais**



CEJOR

